

Entre redes de cuidado e tensões: Uma análise antropológica das experiências de mulheres de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza

Francisca Gabriella Brito Tavares
Mestranda em Antropologia (UNILAB)

Resumo

Este estudo analisa as experiências de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza, enfocando as tensões e desafios na busca por redes de cuidado para seus filhos. Com poucos recursos de cuidado infantil na região, a pesquisa adota uma abordagem antropológica, considerando fatores como gênero, classe, etnia e localização geográfica. O objetivo é compreender como essas mulheres equilibram trabalho e cuidados familiares, desenvolvendo estratégias de negociação e cuidado. A análise dos dados será interpretativa, visando entender as experiências das mães a partir de suas perspectivas. Além disso, a pesquisa investigará a efetividade das políticas públicas de cuidado infantil na periferia de Fortaleza. A revisão bibliográfica inclui teorias antropológicas da maternidade, interseccionalidade, trabalho e políticas públicas de cuidado infantil. A metodologia incorpora uma abordagem autobiográfica etnográfica, complementada por dados estatísticos. A análise interpretativa contextualizará os resultados dentro das políticas públicas locais e das realidades socioeconômicas, oferecendo recomendações para melhorar o suporte às mães que trabalham e o acesso aos serviços de cuidado infantil na região.

Palavras-chave: Maternidade, Trabalho, Redes de Cuidado, Políticas Públicas, Interseccionalidade.

Introdução

Em uma notícia publicada no Correio Braziliense com o título “Mães relatam os desafios de conciliar maternidade e carreira” apontando que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e no cuidado familiar é uma questão complexa que requer reflexões das mais diferentes áreas (Gouveia, 2023).

Com as mulheres adentrando no mundo do trabalho percebe-se mudanças na dinâmica do trabalho e das estruturas familiares nas últimas décadas, trazendo à tona a necessidade de repensar as políticas de cuidado infantil e suporte às mães que trabalham. Quando olhamos a realidade das periferias de Fortaleza essa realidade se potencializa, onde os recursos de cuidado infantil são escassos e as mulheres enfrentam desafios socioeconômicos gritantes.

Este estudo propõe uma análise antropológica das experiências de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza, buscando compreender como essas mulheres negociam e equilibram as demandas do trabalho e do cuidado familiar.

Por isso, o objetivo geral é analisar as experiências de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza. Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Compreender como essas mulheres equilibram as demandas do trabalho e do cuidado familiar em um contexto de recursos limitados; Avaliar a eficácia das políticas públicas de cuidado infantil em Fortaleza, especialmente na periferia, analisando a disponibilidade e acessibilidade de creches e centros de educação infantil; Explorar como a interseccionalidade de classe social, etnia e localização geográfica influencia as experiências das mães trabalhadoras na periferia de Fortaleza, destacando as desigualdades enfrentadas.

Compreender que a maternidade não é algo inato e homogêneo, nos permite refletir como é profundamente influenciada por fatores como classe social, etnia e localização geográfica. Na periferia de Fortaleza, essas variáveis se combinam de maneiras complexas, criando um cenário onde as mães precisam construir redes de cuidado em um contexto de recursos limitados.

A investigação parte do pressuposto de que as tensões vivenciadas por essas mulheres não podem ser plenamente compreendidas sem considerar a interseccionalidade dos diversos fatores que tecem suas vidas.

Na cidade, as políticas públicas de cuidado infantil têm se mostrado insuficientes para atender à demanda crescente. A oferta pública de instituições de educação infantil, como creches e pré-escolas, embora importantes, não tem se mostrado suficientes e acessíveis, deixando muitas mães sem suporte adequado. A análise dessas políticas, portanto, é essencial para entender os desafios enfrentados pelas mães na periferia de Fortaleza.

A abordagem antropológica adotada nesta pesquisa permite uma compreensão profunda e contextualizada da minha experiência como mãe em busca de vagas em creches públicas. Assim, a pesquisa leva em conta as narrativas pessoais, dando voz às minhas experiências e perspectivas. Este método autobiográfico etnográfico permite uma visão intimista e detalhada das vivências desse processo, enriquecendo a análise e proporcionando um entendimento mais holístico das tensões e desafios enfrentados.

Conforme apresentado por Santos (2017), a autoetnografia valoriza a narrativa pessoal como uma fonte válida e poderosa de conhecimento, permitindo que as vozes das mulheres sejam ouvidas diretamente. Este método envolve a coleta de histórias de vida da participante, que são registradas através de relatos escritos. São compartilhadas experiências de retorno ao trabalho, as dificuldades enfrentadas na busca por redes de cuidado e as estratégias que utilizam para equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares.

Para complementar a abordagem etnográfica, a pesquisa também incorpora a coleta de dados e informações secundárias, publicadas em sites, revistas ou outros meios de comunicação. O contexto de estudo é a periferia de Fortaleza, a capital do estado do Ceará, que é uma das maiores cidades do Brasil e possui áreas periféricas onde as condições de vida são marcadas por altos índices de pobreza e desigualdade social. Segundo dados do IBGE (2024), essas áreas enfrentam uma escassez de serviços públicos, incluindo creches e escolas de qualidade, o que impacta diretamente a vida das famílias residentes.

Por fim, este estudo se insere em um campo de pesquisa crescente que busca entender as interações entre trabalho, cuidado e políticas públicas em contextos de desigualdade. Ao analisar como as mães equilibram trabalho e cuidado familiar, este estudo pretende oferecer recomendações que possam melhorar o suporte às mães trabalhadoras e ampliar o acesso aos serviços de cuidado infantil.

Antropologia, maternidades e cuidado infantil

A maternidade tem ganhado espaço nos estudos da antropologia, que examina não apenas os aspectos biológicos da reprodução, mas também as dimensões culturais, sociais e econômicas envolvidas (Scavone, 2001).

Segundo Lorde (2019), a maternidade deve ser compreendida como uma experiência multifacetada que é profundamente moldada pelo contexto sociocultural. Na sua experiência como mãe marcada pela interseccionalidade negra, lésbica e mãe de um

filho homem, Lorde (2019) argumenta que as condições adversas afetam significativamente as práticas e percepções da maternidade.

Da mesma forma, Badinter (1980) em seu livro "Um amor conquistado: O mito do amor materno" discute como as expectativas e comportamentos maternos são influenciados por uma combinação de cultural e temporal, desafiando a visão essencialista da maternidade.

Akotirene (2019) aponta que a interseccionalidade é fundamental para entender como diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo e classismo, se sobrepõem e afetam as experiências individuais e coletivas, e ainda aponta que:

De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. Ora, o androcentrismo da ciência moderna imputou às fêmeas o lugar social das mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos caracterizados de não humanos, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico (Akotirene, 2019, p. 23).

Com essa compreensão o contexto das mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade, a interseccionalidade permite uma análise mais profunda das complexas dinâmicas que essas mulheres enfrentam. Collins (2019) também destaca como a interseccionalidade é crucial para compreender as experiências das mulheres negras, que muitas vezes enfrentam múltiplas camadas de opressão.

Por isso relacionar trabalho e cuidado infantil é um tema central nas discussões sobre políticas públicas e igualdade de gênero. Spinelli (2022) argumenta que o cuidado deve ser reconhecido como uma questão pública e não apenas privada, exigindo políticas que apoiem as necessidades de todas as pessoas, especialmente aquelas em situações vulneráveis.

No Brasil, as políticas de cuidado infantil ainda são insuficientes para atender à demanda crescente, como discutido por Haddad (2006), que destaca a necessidade de maior investimento em infraestrutura e serviços de cuidado infantil, além de apontar para a importância dos movimentos feministas na luta por creches:

O movimento feminista, que ecoa em todo o mundo, tem um papel especial nessa revisão, ao discutir o significado da creche à luz de questões como a maternidade, a paternidade e as mudanças de papéis no âmbito doméstico, e questionar a ideia de que os serviços de educação e cuidado infantil deveriam ser restritos às famílias pobres, trabalhadoras ou em situação de risco (Haddad, 2006, p. 528).

Já sobre trabalho e cuidado no Brasil os estudos de Batista e Bandeira (2015) apontam para as desigualdades persistentes que afetam as mulheres, especialmente

aquelas de classes sociais mais baixas, que muitas vezes precisam recorrer a redes informais de cuidado devido à falta de opções formais acessíveis.

Além disso, a implementação de políticas públicas eficazes é essencial para apoiar as mães trabalhadoras. Segundo Bourdieu (1990), a estrutura social e as políticas públicas podem reforçar ou mitigar as desigualdades sociais existentes.

No contexto brasileiro, isso é particularmente relevante, dado que a informalidade e a precariedade do mercado de trabalho afetam desproporcionalmente as mulheres de baixa renda, conforme discutido por Salvaro, Galvane e Mariano (2016) em seus estudos sobre trabalho e desigualdades de gênero.

Com o que vimos até aqui, percebemos que os estudos sobre maternidade, interseccionalidade e políticas públicas de cuidado infantil fornecem uma grande base para entender as experiências das mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza. Estes estudos não apenas iluminam as complexidades das vidas dessas mulheres, mas também proporcionam aparatos para a formulação de políticas que atendam verdadeiramente as demandas das mães trabalhadoras.

A Minha Jornada de Cuidado e Trabalho

Cresci em uma casa onde as redes de cuidado foram tecidas pelas mãos das mulheres da minha família. Minha mãe, uma mulher negra e mãe solo, enfrentava a difícil tarefa de sustentar os filhos com seu trabalho formal. Desde muito cedo, a primeira rede de cuidados que conheci foi a minha irmã mais velha, que se responsabilizava por mim enquanto minha mãe estava fora, trabalhando para garantir nosso sustento. Já quando a minha irmã mais nova nasceu, o ciclo se repetiu, mas desta vez, era eu quem assumia o papel de cuidadora.

Essa dinâmica familiar me ensinou desde cedo sobre a solidariedade e a força das redes femininas de apoio. Nós, as mulheres da minha casa, éramos o pilar que sustentava minha mãe, e através dessa experiência, aprendi a importância do cuidado mútuo. No entanto, ao me tornar mãe, encontrei um cenário bem diferente.

Na minha nova família, composta por mim, meu esposo e nosso filho, a dinâmica de cuidado não poderia ser mais distinta da que eu conheci na infância. Vivendo afastados dos nossos familiares e sem um espaço adequado para cuidar do nosso filho enquanto trabalhávamos, enfrentamos um grande desafio. A ideia de pagar uma creche particular

ou contratar uma babá estava fora do nosso alcance financeiro, e assim, a busca por uma vaga no berçário público tornou-se nossa única opção.

Procurei o único berçário no distrito de educação 1 que atendia bebês a partir dos seis meses de idade. Contudo, o berçário tinha apenas oito vagas para bebês, e meu filho acabou ficando na lista de espera, uma espera que se estendeu até o final de 2023, sem uma vaga ser liberada.

Diante dessa situação, meu marido teve que assumir o papel de cuidador principal, ficando em casa para cuidar do nosso filho enquanto eu trabalhava. Essa reviravolta na nossa rotina familiar exigiu uma adaptação constante e trouxe consigo uma série de tensões e aprendizagem

Essa experiência pessoal de retorno ao trabalho após a maternidade, marcada pela ausência de redes de apoio formais e a necessidade de reconfigurar nosso cotidiano, me fez refletir sobre as múltiplas facetas das redes de cuidado.

Diferente da minha infância, onde o suporte era encontrado dentro de casa, precisei encarar a fragilidade e a insuficiência das políticas públicas de cuidado infantil. A vivência da maternidade e do trabalho na periferia de Fortaleza me mostrou que, apesar das mudanças ao longo das gerações, a luta por suporte e por conciliar diferentes esferas da vida ainda é uma realidade presente para muitas mulheres.

Contextualizando o local da pesquisa

O berçário onde procurei uma vaga para o meu filho fica localizado no bairro Barra do Ceará, localizado na periferia de Fortaleza, sendo um dos mais populosos, com baixos níveis de IDH.

O bairro faz parte da regional 1, que engloba 15 bairros da capital, totalizando mais de 350 mil habitantes, algo em torno de 17% da população do município. Ali também se encontra um dos mais baixos IDH da cidade, o que reflete diretamente em outros aspectos do quadro sociológico e social (Silva, 2019, p. 4).

O bairro Barra do Ceará, localizado na periferia de Fortaleza, assim como muitas outras áreas urbanas em países em desenvolvimento, apresenta grandes desafios relacionados à infraestrutura, acesso a serviços de saúde, emprego, educação e cuidado infantil.

Diante desse cenário, as mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade podem enfrentar impasses, que vão desde questões econômicas, sociais e culturais. Em 2021 o bairro recebeu o primeiro berçário público: “O novo CEI beneficia

188 crianças, de 6 meses a 3 anos de idade. Do total de vagas, oito serão destinadas ao atendimento de berçário. Os bebês e as crianças já estão sendo atendidos na unidade desde a última semana”

Levando em consideração o número da população, a oferta de oito vagas para o berçário apresenta uma demanda reprimida. O foco da pesquisa na oferta de berçário se dá por ser o local que recebe os bebês com a idade apresentada no fim da licença maternidade. De acordo com a Consolidação das leis do trabalho “ Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.” Ao final desse prazo a mulher retorna ao seu trabalho e precisa deixar seu bebê aos cuidados de terceiros.

Por isso a importância de identificar a demanda por redes de cuidado. Isso se refere às redes de apoio social, familiares e públicas que as mães podem mobilizar para auxiliá-las na tarefa de cuidar de seus filhos enquanto trabalham. Essas redes podem incluir familiares, amigos, vizinhos, creches, entre outros recursos.

A exemplo desse impasse, no ano de 2019, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) lançou uma nota técnica que apontava uma demanda reprimida de 7725 crianças que buscavam vagas nas creches públicas de Fortaleza e não encontravam. Sendo que dos 186 estabelecimentos de educação infantil da prefeitura, nenhum deles disponibilizava vagas para o berçário.

No ano de 2021, por decisão judicial, a prefeitura assumiu a responsabilidade de disponibilizar Centros de Educação Infantil (CEI) com vagas para berçário, atendendo crianças a partir dos 6 meses de vida. Até fevereiro de 2023 foram inauguradas 24 novas unidades de CEI, cada um deles aceitando 8 matrículas de berçário.

Considerações Finais

Este estudo antropológico sobre as experiências de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza revela a complexidade e os desafios inerentes à conciliação entre trabalho e cuidado familiar em um contexto marcado por escassez de recursos e desigualdades socioeconômicas. As análises realizadas ao longo da pesquisa destacam a necessidade urgente de repensar e fortalecer as políticas públicas de cuidado infantil, bem como ampliar as redes de apoio disponíveis para essas mulheres.

As mães da periferia de Fortaleza enfrentam dificuldades significativas devido à insuficiência das políticas públicas de cuidado infantil. A escassez de vagas em creches públicas e a limitada oferta de serviços de qualidade evidenciam a precariedade do suporte institucional disponível. Essas limitações forçam muitas mães a recorrerem a redes informais de cuidado, como familiares e amigos.

A abordagem interseccional adotada neste estudo permite compreender como a classe social, a etnia e a localização geográfica influenciam as experiências dessas mulheres. A interseccionalidade destaca que as mães negras e de baixa renda da periferia enfrentam múltiplas camadas de opressão, exacerbando os desafios de equilibrar trabalho e cuidado infantil.

A criação de mais vagas em creches públicas, a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos e a implementação de políticas de apoio às mães trabalhadoras são medidas urgentes para mitigar os impactos das desigualdades de gênero e socioeconômicas. O fortalecimento das políticas de cuidado infantil não deve ser visto apenas como uma responsabilidade das mães, mas como uma questão de justiça social que envolve toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo : Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BATISTA, A. S.; BANDEIRA, L. M.. Trabalho de cuidado: um conceito situacional e multidimensional. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 18, p. 59–80, set. 2015.

BOURDIEU, Pierre, Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CEDECA. Berçários públicos na educação infantil em Fortaleza: uma vitória de muita luta e pressão popular. 2021. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/tag/infantil/#:~:text=O%20documento%20prev%C3%AA%20que%2C%20at%C3%A9,de%20Centros%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%E2%80%9D>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

FORTALEZA. Prefeito José Sarto inaugura 12º Centro de Educação Infantil da gestão, na Barra do Ceará. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-jose-sarto-inaugura-12-centro-de-educacao-infantil-da-gestao-na-barra-do-ceara>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GOUVEIA, Aline. Mães relatam os desafios de conciliar maternidade e carreira. Correio Braziliense, Brasília, 14 maio 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/05/5092342-maes-relatam-os-desafios-de-conciliar-maternidade-e-carreira.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 519-546, set./dez. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Favelas e Comunidades Urbanas: sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/IBGE-relatorio.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-256.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. Plural - Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.peso.2017.113972>.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; GALVANE, Fabia Alberton da Silva; MARIANO, Patrícia. Trabalho feminino, desigualdades de gênero e formas de subjetivação no setor de serviços no Brasil. Rev. Epos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-103, dez. 2016.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 jun. 2024.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 137–150, 2001.

SILVA, Jonathan William de Sousa. Barra do Ceará: 415 anos. Do bairro mais antigo a um dos mais negligenciados 2019. *Conexão Unifametro 2019: diversidades tecnológicas e seus impactos sustentáveis*. ISSN: 2357-8645.

SPINELLI, L. Joan Tronto: responsabilidade relacional, reconhecimento de privilégios e vulnerabilidade. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 66–83, 2022. DOI: 10.21680/1983-2109.2022v29n58ID23774. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/23774>. Acesso em: 10 jun. 2024.